



O USO DE FONTES HISTÓRICAS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Tamara Franciele Jasper¹
Maria Fatima Menegazzo Nicodem²

RESUMO

O presente artigo faz parte do trabalho de conclusão de curso de especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade Federal Tecnológica do Paraná e aborda a utilização das fontes históricas como recurso metodológico mediador e facilitador do processo de ensino-aprendizagem, considerando as atuais circunstâncias e transformações ocorridas na tecnologia, na sociedade e no ensino. O desenvolvimento cognitivo demanda não somente da maturação neurológica do indivíduo, mas também é fruto de suas interações e experiências. Assim, a educação ocorre em decorrência do trabalho realizado em conjunto com a família, escola, alunos e poder público. Porém, especificamente no momento da aula, o educador pode e deve buscar alternativas para proporcionar situações onde se favoreça a aprendizagem significativa desde as séries iniciais do Ensino Fundamental até o Ensino Médio, contribuindo na formação de sujeitos históricos, cidadãos críticos e atuantes. Desta forma, o conhecimento histórico não deve estar limitado ao ensino metódico do século XIX, ao contrário, deve instigar a análise e discussão, possibilitando a formação de cidadãos críticos, rompendo a barreira dos muros escolares.

Palavras chave: fontes históricas, metodologia, aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

Uma das temáticas no que se refere ao ensino de História está ligada à utilização das fontes em sala de aula. Desde a sistematização da ciência histórica ocorrida no século XIX, muito se discutiu acerca do conceito de fontes e do conhecimento histórico. Com a Escola Metódica, as fontes estavam limitadas a documentos históricos e estes passavam por avaliações para comprovar sua autenticidade, procedência e veracidade. Eram considerados fatos somente os feitos elitistas, a história dos reis, guerras e seus heróis. Estavam excluídos, portanto, toda a população em geral. Um dos principais historiadores da época, Leopold Von Ranke, realizava suas análises documentais observando os preceitos de neutralidade, sem relacionar os fatos

¹ Aluna do Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, da UTFPR, Campus Medianeira, e-mail: tamarajasper@hotmail.com.

² Doutora em Educação (UEM) e Professora do Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, da UTFPR, Campus Medianeira, e-mail: fatima@utfpr.edu.br.

passados com o presente, seguindo rigorosamente os critérios da hermenêutica (críticas interna e externa – conteúdo e autenticidade do papel, letra, brasão). Os fatos extraídos eram organizados de maneira cronológica, como uma narrativa, sendo a reflexão considerada nociva ao conhecimento e a “verdade histórica” não podia ser influenciada pelos aspectos sociais, políticos e culturais. Este foi apenas o pontapé inicial sobre as diversas maneiras de se observar e estudar História, pois os métodos sofreram diversas alterações ao longo dos anos. Até o final da década de 80, o ensino tinha como objetivo principal legitimar valores e interesses, pouco se falava em estimular a criticidade. Assim ocorreu até o período da Ditadura Militar, que veio perdendo força a partir da década de 90, onde se passou a refletir acerca dos métodos de ensino, buscando alternativas para melhorá-los e tornar mais instigante a atividade educativa, abrindo possibilidades para a análise crítica e a formação de sujeitos históricos pensantes e atuantes, capazes de estabelecer relações entre passado, presente e até mesmo estabelecer projeções futuras.

“(…) a fonte histórica passou a ser construção do historiador e suas perguntas sem deixar de lado a crítica documental, pois questionar o documento não era construir interpretações sobre eles, mas também conhecer sua origem, sua relação com a sociedade que o produziu”. (SILVA, 2006.p.162)

Neste sentido, as normativas que regulam o ensino como os Referenciais Curriculares e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 estipularam maneiras diferenciadas para lidar com o ensino, incluindo metodologias e a utilização de recursos, inclusive tecnológicos para que se chegue a tal objetivo, partindo do pressuposto de que a educação é dever conjunto da família, escola, comunidade e poder público.

Dentro da sala de aula, é o educador que planeja suas aulas, observando a realidade e as necessidades de seus alunos e este pode se valer de recursos diferenciados, como fotos, vídeos, músicas, objetos e até mesmo visitas ou pesquisas de campo, permitindo ao aluno abrir um leque de possibilidades, reflexão, e troca de experiências. Assim, torna-se possível compreender que o passado não se constitui em fatos isolados, mas ao contrário, pode trazer reflexos até os dias atuais. Essa metodologia se aplica desde as séries iniciais do Ensino Fundamental até o Ensino Médio, uma vez que atribui sentido ao

conhecimento histórico levando em consideração aspectos como conteúdo/ série/ modalidade de ensino.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O USO DE FONTES HISTÓRICAS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

O atual cenário da educação brasileira retrata diversos avanços. Em seu processo de reestruturação, surgiu a necessidade de repensar a prática docente em amplos aspectos, que abrangem desde a seleção de conteúdos a serem trabalhados até a metodologia a ser utilizada para favorecer a aprendizagem. Fez-se necessária uma reflexão sobre quais ações didáticas são apropriadas a atual clientela, que se encontra cercada de múltiplas informações que em tempo recorde estão atualizadas.

Levando em consideração que o professor se constitui como elemento chave no processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente na formação do aluno e ainda mais, na sociedade o qual está inserido, vem se buscando uma resposta que esteja à altura desses avanços e da atual conjuntura do ensino. Assim, tem-se exigido uma nova postura dos educadores. Para isso, é fundamental compreendermos o atual momento que vivencia a educação e qual é o papel do professor, visando à formação do aluno; especificamente falando, qual a postura do professor de História para que consiga desenvolver o pensamento e a consciência histórica.

O presente trabalho foi desenvolvido analisando-se o processo de ensino aprendizagem sob a luz das Leis de Diretrizes e Bases da Educação – LDBN 9394/96, dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de História e ainda com base na análise bibliográfica de Bittencourt, Fonseca, Bloch, Marrou, Russen, Saviani, Pinski, Schmidt e Cainelle. Será feita ainda uma breve trajetória sobre os objetivos do ensino em diferentes épocas.

São vários os aspectos que envolvem a origem do ato de educar, da ação do ser humano para transmitir, trocar ou modificar o conhecimento. Segundo Marrou (1975), a educação grega tinha como objetivo desenvolver, de acordo com a época e local, o preparo para a guerra, o esporte, as artes e o

debate intelectual, ou seja, o desenvolvimento integral, corpo e alma, sendo que as meninas recebiam instruções para aprender as lições do lar. Durante a Idade Média, o saber estava reservado ao clero. As escolas funcionavam anexas às catedrais, onde se lecionava as chamadas sete artes liberais: gramática, lógica, retórica, aritmética, geografia, astronomia, música, sempre à luz do Teocentrismo. Os estudantes estavam limitados à nobreza, já que os camponeses possuíam obrigações servis.

Enquanto disciplina escolar, a História surgiu no contexto da Revolução Francesa, no século XVIII, quando os burgueses reivindicavam uma educação laica, pública, gratuita e obrigatória (SCHMIDT e CAINELLE, 2010). Enquanto ciência surgiu na Alemanha, no século XIX, onde passou a existir uma preocupação com os métodos para sistematizar o conhecimento. Eram considerados como fatos históricos os acontecimentos elitistas, aristocratas, as guerras, dando ênfase a nomes, datas e “atos heroicos”. As fontes estavam resumidas a documentos oficiais, que eram considerados como “provas” dos fatos ocorridos e estes eram submetidos a análises (hermenêutica) denominadas crítica interna (análise do conteúdo do documento) e externa (análise sobre a autenticidade do documento, papel, timbre, brasão) com o objetivo de comprovar a veracidade dos fatos.

No Brasil, o ensino da disciplina foi influenciado pela historiografia e também pelas características políticas e sociais de cada período. Na Colônia, os jesuítas iniciaram as chamadas “missões itinerantes”, onde iam até as aldeias com o intuito de catequizar e formar a moral dos povos indígenas de acordo com os preceitos católicos. Havia também os “Recolhimentos” - estabelecimentos organizados por leigos para ensinar aos filhos dos índios e dos colonos a doutrina cristã, os bons costumes e as primeiras letras. Para a classe elitista, havia ainda os Colégios Jesuítas, onde se oferecia quatro graus de ensino: os Cursos Elementares, Artes, Humanidades e Teologia. No ano de 1808, com a vinda da família real para o Brasil, surgiram novas necessidades para o então Império, como a de profissionais especializados. Assim se abriram cursos e instituições. Porém, pouco se fez pela educação popular. Com a regulamentação da ciência histórica no século XIX, surgiram os primeiros manuais escolares, produzidos por Joaquim Manuel de Macedo. Em meados de 1840, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro recebeu a missão de

escrever a história oficial do país, visando construir a identidade nacional. Nesse período igreja e Estado definiam os currículos objetivando a informação de uma “sociedade civilizada e obediente” (FONSECA, 1998).

Com a abolição da escravatura, os movimentos migratórios e imigratórios no país, aumentou-se o volume demográfico, surgindo assim uma preocupação acerca do conceito de cidadania, direito e deveres sociais e políticos. Após a Proclamação da República a referência principal continuava sendo a história dos heróis e da Europa, fato que passou a ser criticado por historiadores Brasileiros (SCHIMIDT e CAINELLE, 2010). Assim, o ideal de construir um ensino de história que formasse cidadãos tornou-se forte e objeto de estudos sobre conteúdos, métodos e didática.

Ainda no século XX, embora houvesse maior número de escolas estatais, a grande preocupação era formular um pensamento patriota, cívico e nacionalista, especialmente nas escolas primárias. No Regime Militar, História e Geografia se fundiram dando origem aos “Estudos Sociais” onde o Estado legitimava interesses políticos e ideológicos do período. Segundo Fonseca, 1998:

“Segundo determinações do próprio Conselho Federal de Educação, a finalidade básica dos Estudos Sociais seria ajustar o aluno a ‘seu meio’ preparando-o para a convivência cooperativa, e para com suas futuras responsabilidades como cidadão (...). Nessa concepção, os homens não aparecem como sujeitos da história, ela é conduzida pelos ‘grandes vultos’ cultuado como únicos sujeitos históricos”. (FONSECA, 1998, p.57-58).

Com o fim da ditadura e a redemocratização do país, nasceram novas preocupações ligadas principalmente à preparação para o mercado de trabalho. Voltou-se a refletir sobre os objetivos do ensino da disciplina: currículos foram reestruturados na década de 90 de forma a rever os sujeitos, objetos e o conhecimento histórico. Assim, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBN 9394/96 foram propostos os PCN’s – Parâmetros Curriculares Nacionais que regulamentam e norteiam o ensino, incluindo temas, conteúdos e metodologias observando as séries e tendo a escola como sendo um local de produção do saber.

Diante das novas perspectivas surgidas a partir de então, verificou-se a necessidade de repensar a ação do professor em sala de aula, de forma que a

ação docente não se constitui em um ato isolado, mas ao contrário, sofre influência de fatores como política, gestão e da comunidade escolar. Levando em consideração tais aspectos, faz-se necessária uma prática que observe as normativas do ensino e os aspectos culturais e sociais.

Diante desta nova ótica os conteúdos foram articulados em temas transversais, como ética, pluralidade cultural, trabalho e consumo, onde se tem como objetivo desenvolver no aluno suas competências e habilidades. Os referências sugerem ainda a utilização de metodologias e recursos diferenciados, incluindo suportes tecnológicos e uso de fontes que vão além do livro didático, como fotografias, gravuras, material jornalístico, músicas, objetos para que sejam desenvolvidas as noções e conceitos dentro do tempo e de um espaço histórico. Ainda assim, muitos educadores encontram dificuldades para se trabalhar a disciplina. Em entrevista realizada com professores da rede estadual, pós-graduados, com idade entre 25 a 55 anos, constatou-se que todos concordam que é importante utilizar fontes históricas para contextualizar o conteúdo a realidade a qual estão inseridos e estabelecer conectivos para favorecer o conhecimento histórico, mas admitem que não utilizam frequentemente em suas aulas sob a justificativa de que, sendo necessária a utilização de suportes e materiais, estes nem sempre estão disponíveis ou ainda de que estão em uso por outros professores ou em falta, como *datashows*, máquinas copiadoras ou aparelhos de som por exemplo, mas ressaltam a importância de utilizar recursos metodológicos diferenciados, para que os alunos consigam assimilar de maneira significativa os conteúdos e ainda para que tenham acesso a politização e criticidade dentro da escola: *“Quando estudava aprendi História decorando nomes e datas. Minha professora pedia para grifarmos as partes principais dos textos. Aí decorávamos essas partes porque ia cair na prova. Hoje sabemos que os alunos querem mais do que isso e nós professores precisamos nos adequar a nova realidade”* – disse uma professora quando questionada sobre o uso de fontes em sala de aula. Dessa forma, percebe-se um esforço para adequar o ensino a realidade do aluno, articulando o pensamento ao conteúdo, levando em consideração a “bagagem” que o aluno traz consigo, o senso comum adquirido em suas experiências.

Segundo Schmidt e Cainelle (2010), o objetivo central do ensino de História é a constituição da identidade associadas à formação da cidadania. Para Bitencourt (2008), a contribuição da História esta relacionada à formação política e intelectual do aluno e segundo os Referenciais Curriculares existe ainda a formação humanística. Assim, os usos das fontes, segundo Schmidt e Cainelle (2010) favorece as três dimensões da aprendizagem em História: a experiência; a interpretação e a orientação – conceitos usados para relacionar o estudo dos fatos, onde através do manuseio de fontes o aluno pode levantar hipóteses, interpretar e atribuir sentido ao conhecimento histórico, além de se situar, integrar e interagir com o tempo, assimilando-o a fatos contemporâneos, como fatos políticos por exemplo.

Os documentos não devem ser tratados como o fim em si mesmos, mas devem responder às indagações e às problematizações de alunos e professores, com o objetivo de estabelecer um diálogo com o passado e o presente, tendo como referência o conteúdo a ser ensinado”. (SCHMIDT e CAINELLE, 2010.p.95).

As fontes podem ser inúmeras. Para Pinsk (2005), as fontes são “materiais o qual historiadores se apropriam por meio de abordagens específicas, métodos diferentes, técnicas variadas para tecerem seus discursos históricos”. Em sala de aula, podem constituir-se como fonte gravuras, pinturas, composições, objetos, músicas, textos, documentos, entre outras evidências. Segundo Bloch (2001) “(...) tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo o que toca, pode e deve informar sobre ele”. Vale salientar que as fontes não constituem verdades irrefutáveis, mas ao contrario, são cabíveis de questionamento, hipóteses, análises, já que retratam um fato repleto de signos de um determinado período, local e grupo de pessoas. Segundo Saviani:

“(...) não se trata de buscar as origens ou a verdade de tal fato, trata-se de entender estas enquanto registro testemunhos dos atos históricos. É a fonte do conhecimento histórico, é nela que se apoia o conhecimento que se produz a respeito da história. Elas indicam a base e o ponto de apoio (...)” (SAVIANI, 2006.p.30).

Nesse sentido, o uso da fonte serve tanto para compreender o passado quanto para estabelecer a relação com o presente, formando então o

conhecimento histórico, sendo que o professor deve assumir uma postura responsável de comprometimento e se constituir como mediador do conhecimento, desconstruindo a ideia de reprodutor da história metódica e cronológica. Em conjunto com uma aula planejada de acordo com as normativas que permeiam o ensino, as fontes permitem aos alunos estabelecer hipóteses, levantar questionamentos, fazer análises de forma a atribuir significado ao conhecimento histórico, fazer diferenciações, se situar no tempo e espaço o qual estão inseridos:

“O trabalho com o documento histórico em sala de aula exige do professor que ele próprio amplie sua concepção e o uso do próprio documento. Assim, ele não poderá mais se restringir ao documento escrito, mas introduzir o aluno na compreensão de documentos iconográficos, fontes orais, testemunhos da história local (...) não basta o professor ampliar o uso de documentos; também deve rever seu tratamento, buscando superar a compreensão de que ele serve apenas como ilustração da narrativa histórica (...)”. (SCHMIDT e CAINELLE, 2010. p.95).

Ao tratar da didática em ensino, Perrenoud (1997) enfatiza que não existem receitas prontas e acabadas para a ação em sala de aula, mas quando se fala em discurso histórico, é importante observar questões como para, então, para quem, por quê. Desta forma, Schmidt e Cainelle (2010) sugerem algumas situações a serem consideradas, entre elas estão à identificação do documento (tipo de fonte - oral, material, escrita, visual...); o conteúdo; sua natureza (origem); datação, autor, contexto e época em que ocorreu para que assim o aluno possa finalmente compreendê-lo. Também ressaltam a importância de registrar essas análises através de alguma atividade escolar, “trata-se de uma fase importante no trabalho com os documentos históricos em sala de aula e não pode ser considerada apenas simples explicação do documento” (SCHMIDT e CAINELLE, 2010) e finalmente utilizá-las como fonte de informação e construção de uma problemática ou hipótese histórica.

Compreender fatos históricos, por exemplo, como se deu o golpe militar de 1964 é de extrema importância, visto que remete a história do nosso país, onde vemos resquícios do referido período até os dias atuais. Isso faz parte inclusive do processo de formação da politização dos alunos, tendo em vista as atuais reivindicações nas ruas que, embora sejam legítimas, são por vezes

contraditórias quando pedem “intervenção militar já”. Isso mostra quão deficiente está sendo o ensino, ao passo que as pessoas vivem na era tecnológica, acessando e se comunicando livremente, reivindicando democraticamente para pedir intervenção militar, quando tanto se lutou pela redemocratização do país. Por isso se faz tão necessário atribuir significado e compreensão ao conhecimento histórico, para que assim não fique reservado somente no passado, como se não tivesse relação como o nosso presente ou futuro. “Permita o individuo a indagação sobre o passado de forma que a resposta lhe faça algum sentido no presente e que de alguma maneira esse sujeito encontre uma orientação histórica para sua vida cotidiana”. (RÜSSEN, 2007, p.133).

2.2 O LIVRO DIDÁTICO COMO DOCUMENTO HISTÓRICO

Como visto acima, os primeiros manuais de História traziam em si uma grande preocupação em retratar a ‘veracidade dos fatos’, a ‘História dos países, guerras e revoluções’ e formar ‘cidadãos civilizados’. Por isso estavam repletos de ideologias segundo os preceitos da Igreja e do Estado, sendo que os documentos ocupavam o importante lugar de “prova irrefutável”. No Brasil, vem se lutando até os dias de hoje contra os resquícios da Escola Metódica ou Positivista, sendo que estes podiam ser observados até o fim da Ditadura Militar, onde se teve em janeiro de 1985 a criação do Decreto 9.154 que deliberava sobre o PNLD – Programa Nacional do Livro Didático, que estabeleceu regras acerca de recursos financeiros e da distribuição dos livros observando disciplinas, série e modalidade de ensino. Correspondente ao recurso mais utilizado em sala durante as aulas, muitas vezes é criticado e considerado culpado pelas deficiências do ensino sob a justificativa de perpetuar ideologias. Por isso, planejar sua utilização é tão necessário. Para Schmidt e Cainelle (2010) existem duas concepções sobre a definição de “documento histórico”. A primeira está relacionada a recursos com linguagens contemporâneas, colocando o livro como sendo um material importante, uma vez que traz abordagens segundo as normativas, incluindo além dos conteúdos, conceitos e métodos sistematizados. As fontes históricas

juntamente com os conteúdos previamente trabalhados, auxiliam na concepção e compreensão do tempo histórico, propiciando uma construção mais estruturada do mesmo bem como de assuntos que envolvem questões políticas, econômicas, hábitos e diversidade cultural, já que lida com os movimentos temporais, suas mudanças e permanências ao longo do tempo. Desta forma, embora não constitua uma fonte histórica em si, pode caracterizar-se como documento levando em consideração o que denominam de “suporte informativo”:

“No ensino de História, a palavra documento suscita, pelo menos, duas interpretações. Na primeira, ele pode ser identificado com o material usado para fins didáticos, como livro didático, mapa histórico e filme, com objetivos educacionais. A característica principal desse conjunto de materiais é sua finalidade didática ser preestabelecida desde sua produção. Nessa condição, eles podem ser designados como suporte informativo. Na segunda interpretação, documento quer dizer fonte, isto é, fragmentos ou indícios de situações já vividas, passíveis de ser exploradas pelo historiador”. (SCHMIDT e CAINELLE, 2010.p.90).

Assim permite observar e analisar fatores relevantes na formação da politização como transformações sociais, relações de cultura e poder, já que permite aos alunos uma melhor compreensão do mundo e suas complexidades.

Não trataremos aqui de julgar ou condenar o livro, mais sim de refletir seu uso de maneira a otimizar as aulas juntamente com as fontes, visando estabelecer uma discussão, uma diálogo acerca da História. Sua utilização possui pontos positivos e negativos. É certo que enquanto professores, observamos obras que trazem abordagens sucintas, com poucos recursos que por vezes deixam o ensino empobrecido, mas há em contrapartida, livros que trazem inclusive sugestões de leitura, filmes e músicas que ilustram determinados períodos. Por isso é de extrema importância que os educadores se atentem ao momento da escolha, observando as abordagens textuais, as articulações que realiza com os conteúdos e se oferece subsídios que permitem a reflexão e favoreça o conhecimento crítico dos educandos. É importante levantar questões que envolvam etnia, multiculturalismo, gênero, relações de cultura e poder rompendo paradigmas e/ou verdades absolutas

que procuram legitimar valores hegemônicos. Faria (1994), destaca que não basta somente a “crítica pela crítica”, mais ressalta a importância de refletir constantemente “(...) sobre as alternativas para o livro e sobre o papel da educação na sociedade capitalista e da possibilidade de ela contribuir para a transformação dessa sociedade”. Desta forma, não se deve atribuir qualificações ou desqualificações ao livro ou ao professor, mas ao contrario, um enriquece e complementa o trabalho do outro sendo que educador é peça fundamental que planeja, organiza e sistematiza as aulas através de recursos disponíveis.

Por diversos fatores e até mesmo pela deficiência financeira do sistema educacional em nosso país, em muitas escolas estão em falta ou são utilizados como recursos exclusivos para estabelecer um direcionamento das atividades em sala, sendo o único elo entre educadores/alunos e o conhecimento. Essa é sem duvida uma situação que oferece sérios riscos ao processo de ensino aprendizagem. Freitag (1989) ressalta que, ao invés de utilizarem como instrumento de contribuição para o desenvolvimento da autonomia e senso crítico, acaba muitas vezes por perpetuar ideologias, limitando as possibilidades de discussões. Neste sentido, é importante salientar que se faz necessário levar em consideração e seriedade os critérios de escolha e seu emprego no desenvolvimento das aulas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Faz parte do trabalho dos professores a escolha do método como será realizada suas aulas, que recursos serão utilizados, quais atividades e avaliações. Existem inúmeras maneiras de ensinar e aprender. Há alunos que são mais auditivos outros visuais e há ainda aqueles que precisam de uma atenção maior. Por isso, a utilização de diferentes recursos proporciona uma experiência enriquecedora, abrindo leques para diversas leituras e percepções sobre um mesmo tema. No que se refere à História enquanto disciplina os tipos de documentos ou fontes históricas (materiais, escritas, orais, iconográficas e/ou audiovisuais), favorece a aprendizagem uma vez que a aula se torna mais instigante, desafiadora, ampliando a capacidade de reflexão e análise. Como

vimos, todo este trabalho precisa ser sistematizado, ter um planejamento para se chegar a uma finalidade produtiva.

A observação e a organização das informações históricas em um livro didático se tornam limitadas se não abrem espaço para o diálogo, a discussão e o posicionamento. É necessário pensarmos sobre toda a complexidade que envolve as transformações e criações ocorridas ao longo do tempo. O passado enquanto objeto, não está limitado a um capítulo escrito, mas pode ser analisado em todas as suas dimensões. Para que seja possível conhecê-lo, o educador pode e deve proporcionar a seus alunos um ambiente e situações de busca dos vestígios que possam fornecer informações e respostas ao exercício de investigação, viabilizando o seu contato com as experiências ocorridas. A limitação do estudo e pesquisa sem que haja o levantamento de hipóteses e análise fica sujeita à produção de suposições e julgamentos. Neste sentido, vale lembrar que uma fonte mesmo quando examinada diversas vezes, permite várias observações ainda que seu estudo tenha sido realizado pelo mesmo indivíduo ou grupo. Desse modo, entendemos que nenhum estudioso e até mesmo um historiador pode esgotar o uso de todas as possíveis fontes relacionadas a um determinado evento ou tema. Observaremos abaixo, uma pesquisa realizada com professores da rede pública estadual em Paranavaí – PR, nas modalidades de Ensino Fundamental II, Médio e Ensino Profissionalizante, que corresponde à maneira como tem sido a prática docente do ensino de História segundo a realidade do referido colégio. A pesquisa foi retratada através de tabelas e mostra o perfil dos educadores quanto à faixa etária, formação, tempo de atuação e se utilizam fontes como recursos metodológicos em suas aulas:

TABELA 1: Nível de Escolaridade dos Professores

Respostas	Professores	
	Nº	%
Formação Professores nível Médio	2	% incluído no item "pós-graduação"
Superior Incompleto	0	0%
Superior completo	8	% incluído no item "pós-graduação"
Pós-graduação	8	100%

TOTAL	8	100%
--------------	----------	-------------

Fonte: Resultado da pesquisa realizada em 2015 com professores do Colégio Estadual de Paranaíba – PR

TABELA 2: Faixa Etária dos professores

Respostas	Professores	
	Nº	%
18 a 30 anos	1	12%
31 a 40 anos	3	0%
41 a 50 anos	3	44%
Mais de 50 anos	1	44%
TOTAL	8	100%

Fonte: Resultado da pesquisa realizada em 2015 com professores do Colégio Estadual de Paranaíba – PR

TABELA 3: Tempo de atuação dos professores

Respostas	Professores	
	Nº	%
de 1 a 10 anos	1	12,5%
11 a 20 anos	3	37,5%
21 a 30 anos	3	37,5%
mais de 30 anos	1	12,5%
TOTAL	8	100%

Fonte: Resultado da pesquisa realizada em 2015 com professores do Colégio Estadual de Paranaíba – PR

TABELA 4: Escola em que atuam os professores

Respostas	Professores	
	Nº	%
Pública	8	100%

Privada	0	0%
TOTAL	8	100%

Fonte: Resultado da pesquisa realizada em 2015 com professores do Colégio Estadual de Paranavaí – PR

TABELA 5: Quanto à situação profissional dos professores

Respostas	Professores	
	Nº	%
Concursados	5	62,5%
Contratado (PSS3)	3	37,5%
TOTAL	8	100%

Fonte: Resultado da pesquisa realizada em 2015 com professores do Colégio Estadual de Paranavaí – PR

TABELA 6: Quanto à utilização de fontes históricas nas aulas

Respostas	Professores	
	Nº	%
Sim	7	90%
Não	1	10%
TOTAL	8	100%

Fonte: Resultado da pesquisa realizada em 2015 com professores do Colégio Estadual de Paranavaí – PR

TABELA 7: Quanto à utilização de documentos Histórico nas aulas

Respostas	Professores	
	Nº	%
Sim, uso sempre.	5	62,5%
Sim, algumas vezes.	2	25%
Não	1	12,5%

³ Processo de Seleção Simplificada

TOTAL	8	100%
--------------	----------	-------------

Fonte: Resultado da pesquisa realizada em 2015 com professores do Colégio Estadual de Paranaíba – PR

Os professores que participaram do levantamento são pós-graduados em *lato-sensu*, sendo que 62,5% dos entrevistados são concursados do Estado e 37,5% trabalham sob o regime de Processo de Seleção Simplificada – PSS. Apenas 25% possui curso formação de docentes em nível médio (antigo magistério). Observando o questionário aplicado, foi possível constatar que a maioria dos professores considera importante a utilização das fontes e documentos históricos em sala de aula, inclusive o fazem com certa frequência. Essa utilização é maior entre os professores mais jovens, com pouco ou médio tempo de atuação. Isso se deve especialmente por, quando concluída a graduação, iniciam sua carreira com “sede” de transformar a sociedade qual estão inseridos através de suas atividades. Porém, após determinado período, acabam se deparando com algumas dificuldades nas escolas ou turmas que atuam, entre elas a falta de disciplina, impossibilitando a organização adequada e necessária para trabalhar com recursos diferenciados - *“o fato de a família estar se ausentando cada vez mais do processo de aprendizagem de seus filhos e transferindo de maneira gradativa e frequente para outras instituições, especificamente falando aqui, a escola, a responsabilidade de educar seus filhos, acaba de certa maneira prejudicando seu desenvolvimento”* – colocou uma professora a respeito da indisciplina no ambiente escolar. Ela segue – *“muitos alunos não tem referencias em casa e isso se reflete na escola. Outros veem um comportamento inadequado até mesmo como forma de chamar atenção”*. A necessidade de trabalhar fora de casa e os compromissos sociais impedem que os pais tenham tempo para educar os filhos em casa e acompanhar seu desenvolvimento escolar. Assim, não conseguem identificar nem estabelecer os limites essenciais à autoridade e à liberdade sem os quais, de acordo com Freire (1996), “a liberdade se transforma em licenciosidade e a autoridade se converte em autoritarismo”. O autor nos lembra de que, para se obter bons resultados na formação integral do

aluno, ou seja, desenvolver sua capacidade social, intelectual e cognitiva, faz-se necessária a participação decisiva da família, e nos lembra ainda de que “A liberdade sem limite é tão negada quanto a liberdade asfixiada ou castrada.” (FREIRE, 1996, p. 105). Assim, além da preocupação com o planejamento e os materiais para desenvolver uma boa aula, também existe uma grande preocupação com as intervenções disciplinares no ambiente escolar, visando estabelecer o que o autor denomina “o necessário clima para continuar sua atividade específica e com a qual restaura o direito dos estudantes e o seu de prosseguir a prática docente” (FREIRE, 1996, p.104). Além disso, deve-se incentivar a participação da família nesse processo cujos ensinamentos, apoio e exemplo servem de base para a constituição da personalidade da criança. Também foi declarado por parte dos professores outros aspectos como a falta de material ou sua utilização por outros professores em um mesmo momento (aparelhos de som, datashow, televisores, tonners, máquinas copiadoras). As escolas, hoje, possuem inúmeros meios de dar suporte aos ensinamentos transmitidos aos alunos e isso faz toda a diferença na forma como eles tomarão posse desse conhecimento. Dos entrevistados, 62,5% consideram que os documentos históricos e demais recursos como livros, apostilas, computadores, *tablets*, vem ao encontro de uma aprendizagem mais sólida e garantem ao aluno reter melhor os conteúdos e aprimorá-los. Por isso é tão necessário o acesso a tais recursos; 25% utilizam com certa frequência e apenas 12,5% não faz uso das fontes no decorrer das aulas; 90% utilizam fontes como objetos, imagens, músicas, poemas. É sabido no meio educacional que a questão metodológica é de extrema importância no processo de ensino-aprendizagem. Cada indivíduo possui uma forma de assimilar o conhecimento, levando em consideração aspectos como a idade, série, fatores emocionais, sociais, psicológicos. Para Perrenoud (1997), as competências atribuídas aos professores devem refletir como estímulos para desenvolver as competências dos alunos. Por isso, como educadores se faz tão necessário observar essas questões e levá-las em consideração com muita seriedade, visando obter êxito na tarefa de favorecer o conhecimento e a criticidade. Assim, torna-se possível visualizar resultados inclusive na sociedade e em nosso país, afinal um cidadão que conhece e domina informações tem uma maior capacidade para realizar mudanças, como as

relacionadas ao voto por exemplo. Bloch (2001) ressalta que “*A ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente, compromete no presente a própria ação*”.

A respeito da formação, todos os entrevistados possuem pós-graduação em *lato-sensu*, apenas 25% possui curso formação de docentes em nível médio (antigo magistério). A formação dos professores também interfere nesse processo, haja vista que é na universidade que aprendemos como lidar com termos como “metodologias de ensino e didática”. Para Oliveira e André (1997) a didática se caracteriza pelo rompimento com o tecnicismo pedagógico e deve se comprometer com a democratização da escola pública defendendo a escola em suas relações com a sociedade e ainda conceber o ensino como prática social articulada a outras práticas, afirmando o caráter empírico do saber. Segundo Libâneo (1998) há quatro pilares fundamentais à didática: a primeira reafirmando como campo mais amplo de investigação da prática educativa; a segunda dando mais coerência como prática não como técnica, tendo como objeto o ensino; a terceira concebendo a prática docente como um processo de investigação e a quarta relacionando temas como as relações entre escola e cultura, as representações sociais e o cotidiano escolar. Assim, além de formação de qualidade, podemos ressaltar a fundamental importância da formação continuada, visando aperfeiçoar o domínio de conhecimentos acerca da prática em sala de aula. Nesse sentido, a prática docente deve ser instigante ao aluno, de forma a romper com a tradicional e metódica ação de decorar datas e fatos ou de “*transmitir conhecimentos prontos e inquestionáveis*”. Nesse sentido e segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN 9394/96 o Estado também precisa se comprometer para termos um ensino de qualidade, pois detêm os recursos financeiros que são destinados à educação, a aquisição de materiais didáticos e construção de locais apropriados à atividade educativa. Afinal, “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. (FREIRE, 1996.p.47)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muitos anos falar em lecionar ou aprender História nos remetia a lembrar de resumos, decorar datas, nomes e fatos. Felizmente, esta realidade mudou e vem melhorando gradativamente. As novas demandas e necessidades do ensino trouxe também um despertar à realidade, sendo que todos os envolvidos no processo educativo precisaram romper com os paradigmas oriundos do tradicionalismo. Até mesmo as leis e projetos precisaram se adaptar a esta nova demanda. O uso das novas tecnologias também apresentou influências significativas neste processo. Atualmente, não se fala na limitada, porém não menos importante função do livro didático, sem falar também nas alternativas de como melhor utilizá-lo, fazendo ligações com meios multimídia como sites interativos, programas, redes sociais, fontes audiovisuais, materiais e outras. Toda inteligência e atenção precisam ser estimuladas e os recursos metodológicos quando utilizados de forma planejada vem auxiliar as aulas de maneira significativa. Daí surge a necessidade de os educadores refletirem como tem trabalhado em sala e ainda mais, fazer todo o possível para buscar capacitação de forma a otimizá-las, já que a didática não está ligada somente aos conhecimentos e saberes necessários para atuar em sala, mas também nas competências a serem desenvolvidas pelo professor para que o conhecimento realmente aconteça. Assim, nasceu à necessidade de assumir papel de mediador, a figura que planeja transpor os muros escolares, abrindo novos horizontes aqueles que já não aceitam serem meros reprodutores de valores e estão despertando para atuar, questionar, reivindicar. O educador tem em conjunto com a sociedade, a família e o Estado, a nobre função de formar cidadãos para a vida, desenvolvendo suas diversas habilidades para que sejam capazes de usar o conhecimento para mudar a realidade a qual estão inseridos.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro. Jorge Zahar ed.,2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial , Brasília, DF, 23 de dez. 1996.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para o Ensino de História**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

FARIA, Ana Lucia G. de. **Ideologia do livro didático**. 2ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1994.

FONSECA, Thaís Nivea de Lima. **História e ensino de História**. Belo Horizonte. Ed. Autentica, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAG, Bárbara, et. all. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FREITAS, Luís Carlos. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas: SP, Papyrus, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. **Os campos contemporâneos da didática e do currículo: aproximações e diferenças**. Campinas: Papyrus, 1998.

MARROU, Henri-Iréne. **História da educação na Antiguidade**. 4ª ed. São Paulo: E.P.U, 1975.

OLIVEIRA, M. R. N. S.; ANDRÉ, M. E. D. A. **A prática do ensino de didática no Brasil: introduzindo a temática**. Campinas: Papyrus, 1997.

PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

PINSK, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

RÜSSEN, Jorn. **“Didática- funções do saber histórico**. In: História viva: teoria da história, formas e funções do conhecimento histórico. Tradução Estevan Rezende Martins. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2007.

SAVIANI, Demerval. **Breves considerações sobre fontes para a história da educação**. In: Revista HISTEDBR on- line, Campinas, n. especial p. 28-35, ago. 2006.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLE, Marlene. **As fontes históricas e o ensino de História**. In: Ensinar História. São Paulo: Scipione, 2010.

SILVA, Klina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, ed. N. 2, 2006.